

Pefelistas ficam com a maior fatia da LBA

Edson Gênes 31.10.91

O Orçamento Geral da União, que chega hoje às mãos do presidente Fernando Collor, já reflete, pelo menos em relação à distribuição dos recursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a nova composição política do Governo. O deputado Cleonâncio Fonseca (PRN-SE), relator da LBA no Congresso, assegurou para seu Estado a maior fatia dos 11 bilhões de cruzeiros que o Legislativo pôde remanejar. Ex-pefelista, Fonseca privilegiou também a chamada "República dos Guararapes", que tem como maior expoente o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza.

Fonseca realizou seu trabalho quando o deputado Fiúza (PE) ainda articulava, na condição de líder do PFL e presidente da Comissão Mista de Orçamento, sua ascensão ao cargo de ministro. Com a ajuda do substituto imediato de Fiúza — o vice-líder Messias Goés, também sergipano — o relator reservou Cr\$ 1,3 bilhão para os 1,4 milhão de habitantes de Sergipe. A mesma quantia foi destinada a São Paulo, que conta hoje com uma população de 30 milhões. Isso significa, proporcionalmente, que cada paulista será contemplado com Cr\$ 44,00, enquanto cada sergipano terá direito a Cr\$ 996,00.

Quem ganhou

Essa foi a mais alta taxa per capita garantida pelo Congresso nas verbas de investimento da LBA. Bahia e Pernambuco, estados que articularam a reforma ministerial, foram favorecidos no remanejamento feito pela Comissão. Os dois estados receberam, proporcionalmente, quase três vezes mais recursos do que São Paulo. A destituição do deputado baiano João Alves (PFL) da presidência da Comissão de Orçamento não impediu que 60 emendas em favor da Bahia fossem acatadas. Esse de-



Fiúza: ajudando o Nordeste

sempre é atribuído à influência do governador Antônio Carlos Magalhães (PFL).

Outras forças políticas corajadas pelo Palácio do Planalto também foram premiadas. O PDC do Tocantins, o PMDB do Amapá — base eleitoral do ex-presidente José Sarney —, e o PDS do Pará e Roraima, responsáveis pela indicação de Romero Jucá para um cargo no Ministério da Agricultura, ficaram entre os dez estados mais beneficiados. Da região Sudeste, apenas Minas Gerais, que conta com uma bancada pefelista atuante, conseguiu uma média per capita semelhante à de Pernambuco e Bahia.

Apesar de se manter em sexto lugar na distribuição proporcional dos recursos da LBA, Alagoas perdeu dinheiro em relação aos anos anteriores. Em 1990, por exemplo, o Estado recebeu Cr\$ 1,2 bilhão, enquanto Sergipe, a campeã deste ano, só teve direito, em 90, a Cr\$ 366 milhões. Este ano, a própria direção nacional da LBA destinou a Alagoas somente Cr\$ 694 milhões. Dos Cr\$ 230 bilhões previstos no orçamento global da LBA, Cr\$ 54,7 bilhões foram destinados a investimentos nos estados. O Congresso pôde "carimbar" — isto é, remanejar recursos — apenas para 20% desse total.